

ATA NÚMERO 138/XII/2ª SL

02.julho.2013 – 14h00

Aos 02 dias do mês de julho de 2013, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 1, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da proposta de Ordem do Dia**
2. **Aprovação de atas**
3. **Comunicações do Presidente**
4. **Petição n.º 259/XII/2.ª da iniciativa de Ivo Miguel Barroso Pêgo e Madalena Filipa Cerqueira Afonso Homem Cardoso “Pela desvinculação de Portugal ao “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” de 1990 – 14h00**
 - **Audição dos Peticionários**
 - **Deputado Relator:** Michael Seufert – CDS-PP
5. **Audição do Secretário de Estado da Cultura** nos termos da apreciação da política geral da Secretaria de Estado (no âmbito do n.º 2 do art. 104.º do RAR) – **15h00**
6. **COM (2013)311 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO** relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro
 - **Apresentação e votação do Parecer**
 - **Deputada autora do parecer:** Inês de Medeiros-PS
7. **Projeto de Resolução n.º 751/XII (BE)** Recomenda ao Governo que garanta as necessidades permanentes de professores nos estabelecimentos públicos de ensino artístico especializado da música e da dança.
 - **Discussão**
8. **RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU - Quarto relatório de aplicação da Diretiva 93/7/CEE** relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro [COM(2013)310].
 - **Apreciação liminar**
 - **Distribuição para pronúncia da Comissão**
 - **Autor do parecer:** BE
 - **Apresentação do Parecer:** 23.julho.2013
9. **RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU** sobre as atividades do Conselho Europeu de Investigação e a realização dos objetivos estabelecidos no Programa Específico «Ideias» em 2012 [COM(2013)318].

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- **Autor do parecer:** PSD
- **Apresentação do Parecer:** 23.julho.2013

10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição do Reitor da Universidade dos Açores, no âmbito da situação de colapso da instituição

- **Análise e votação**

11. Relatório de atividades do GT/Currículos do Ensino Básico e Secundário

- **Análise e votação**

12. Outros assuntos

13. Data da próxima reunião

Dia 3.julho.2013 - 09h30

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos deputados do BE e do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas das duas reuniões da semana anterior foram aprovadas por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos deputados do BE e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

O Presidente da Comissão informou que tinha baixado à Comissão, em 27/6, o [Projeto de Resolução 776/XII, PCP, Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação das Salinas de Rio Maior como imóvel de interesse nacional](#), tendo questionado o PCP se pretendia que o mesmo fosse discutido no Plenário ou na Comissão. O deputado Miguel Tiago (PCP) informou que oportunamente comunicará em que órgão pretende o agendamento da sua discussão.

O Presidente indicou, ainda, que tinha igualmente baixado à Comissão o [Projeto de Resolução 780/XII, BE, Recomenda ao Governo que termine as obras de modernização da Escola Secundária do Monte de Caparica](#), que vai ser discutido na Comissão em 9/7.

3.2. [Projeto de Lei n.º 228/XII/1.ª \(PCP\) – Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos](#)

Indicou que foram já pedidos pareceres/contributos, até 22 de julho, às entidades do setor (conforme lista distribuída pelos serviços), em relação ao [Projeto de Lei n.º 228/XII/1.ª \(PCP\) – Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos](#) e bem assim colocado um destaque na página da Comissão, para poderem pronunciar-se todos os interessados, mesmo que não tenham recebido um ofício com o convite.

3.3. Reunião na Reitoria da Universidade de Lisboa

O Presidente referiu que a reunião da Comissão no dia 9 de julho continuará, às 17h00, na Sala do Senado da Reitoria da Universidade de Lisboa, a que se seguirá o Concerto Final de Ano Letivo da Orquestra Geração, (19h00) com a apresentação dos diversos níveis de orquestras, todas dirigidas por Maestros vindos especialmente do “El Sistema”, na Venezuela.

Salientou que se pretendia ainda aprofundar este ângulo da possível cooperação internacional com os embaixadores da EU, CPLP e alguns países que integram o Conselho da Europa, que foram convidados a participar, assim como os parceiros institucionais, já tendo informado o Ministro da Educação e Ciência em relação a essa reunião.

3.4. Dia 10 de julho – iniciativas na área da Educação Especial:

Indicou depois que no dia 10 de julho terá lugar uma audiência da Academia de Música de Alcobaça, a que se seguirá a apresentação do projeto “mil brinquedos, mil sorrisos”, do Instituto Politécnico de Leiria e uma mostra de brinquedos adaptados, no Salão Nobre. Por último, haverá uma atuação da Academia de Música de Alcobaça no mesmo Salão.

3.5. Grupo de Trabalho do Desporto - Audição do Coordenador do Plano Nacional para a Ética no Desporto e visita de trabalho ao Museu Nacional do Desporto

Foi depois prestada informação de que o Grupo de Trabalho do Desporto vai receber em audição o Coordenador do Plano Nacional para a Ética no Desporto, no dia 4 de julho, 5.ª feira, às 14h15, em reunião aberta a todos os Deputados e bem assim realizar uma visita de trabalho ao Museu Nacional do Desporto, no dia 11 de julho, às 14h00, não se tendo verificado nenhuma intervenção.

3.6. Distribuição do relatório de uma audiência ao Conselho Português de Ressuscitação

O Presidente da Comissão informou que tinha sido distribuído o relatório da audiência ao Conselho Português de Ressuscitação, não se tendo verificado nenhuma intervenção.

3.7. Mostra e Colóquio das Reservas da Biosfera

Lembrou, depois, que teria lugar de 1 a 4 de julho, no átrio do Edifício Novo, uma Mostra das Reservas Portuguesas da Biosfera, inaugurada nesse dia, às 12h e no dia 3 teria lugar um Colóquio sobre as mesmas, tendo recordado o programa do mesmo. Referiu que estas atividades são desenvolvidas em parceria com a Comissão Nacional da UNESCO e com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

3.8. Audiência à FENPROF e mais 7 organizações sindicais sobre as PPL 153/XII (Duração do período de trabalho) e 154/XII (Regime de requalificação)

Por último, o Presidente da Comissão lembrou que estava agendada para o dia 4, às 14h, na sala 2, a realização da audiência conjunta com a COFAP (5.ª Comissão) e presidida por esta, às organizações acima referidas, sobre as Propostas de Lei 153/XII e 154/XII.

4. Petição n.º 259/XII/2.ª da iniciativa de Ivo Miguel Barroso Pêgo e Madalena Filipa Cerqueira Afonso Homem Cardoso “Pela desvinculação de Portugal ao “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” de 1990 – 14h00

Os peticionários estavam representados pelos Drs. António Fernando Nabais, Ivo Miguel Barroso e Madalena Homem Cardoso e bem assim pelo Professor Rui Miguel Duarte, este ouvido em videoconferência.

O Presidente da Comissão deu as boas vindas aos peticionários, informou que a petição tinha inicialmente cerca de 4.400 assinaturas, tendo recentemente sido remetidas mais cerca de 2.000, referiu que foi já disponibilizado na petição o parecer da 1.ª Comissão e sê-lo-á igualmente a resposta do peticionário e o comentário do deputado relator. Defendeu ainda que o Código do Procedimento Administrativo não é aplicável aos pareceres e petições e que a Assembleia da República e os deputados tomam posições políticas. Informou, também, que o deputado Michael Seufert (CDS-PP), relator da petição, não pode estar presente, sendo substituído na audição pela deputada Inês Teotónio Pereira, do mesmo Grupo Parlamentar.

Interveio depois o Dr. António Fernando Nabais, professor de português, que salientou como problemas resultantes do Acordo Ortográfico (AO), nomeadamente, a facultatividade da acentuação no pretérito perfeito dos verbos em “-ar”, a contradição entre a perda do acento gráfico diferencial em “pára/para” por oposição a “pôr/por”, a contradição entre a supressão de consoantes ditas “mudas” e a manutenção do “h” etimológico, os erros de leitura e as alterações na pronúncia e na escrita que tem observado entre os alunos, e o fenómeno de se perderem alguns pontos de contacto etimológicos com o inglês, importantes para a aprendizagem do português por alunos estrangeiros. Defendeu que a queda das consoantes mudas não facilita a aprendizagem, nem traz simplificação, e considerou o Acordo Ortográfico defeituoso no modo como foi concebido e pernicioso na sua aplicação, entendendo que gera o caos ortográfico.

Em conclusão, defendeu que é fundamental voltar atrás (como aconteceu com a Gramática Generativa e deverá acontecer com a Nova Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário) e desvincular-se Portugal do AO ou suspender a sua aplicação.

Interveio, de seguida, o Dr. Ivo Miguel Barroso, defendendo, apoiado na posição do Professor António Emiliano (vide “Apologia do Desacordo Ortográfico”, livro que deixou), que quem fez o acordo é incompetente. Contestou depois a Resolução do Conselho de Ministros nº 8/2011, de 25/01, que mandou aplicar o AO a todos os serviços dependentes do Estado e ao sistema educativo e manuais escolares, referindo que este veio pôr em causa a estabilidade ortográfica, que o “acordês” é artificial e por vezes inaplicável, e que Portugal está a desbaratar dinheiros públicos e a destruir o seu património linguístico.

Salientou que não há unificação ortográfica, porque os outros Estados não estão a aplicar o AO, que este e as Resoluções que o implementam são inconstitucionais e apelou aos partidos políticos e à Assembleia da República que concretizem a desvinculação do AO.

Por último, a Dr.^a Madalena Homem Cardoso salientou que o AO é insustentável, tendo tido na base fundamentos como os computadores da década de 1980 não permitirem ainda a acentuação, e funciona contra os cidadãos, verificando-se que as máquinas, os “corretores”, o Lince, funcionam contra o exercício de direitos e o cumprimento de deveres das pessoas, como o da preservação do património cultural para as gerações futuras. Do mesmo modo, referiu que as máquinas partidárias inibem a liberdade de consciência e o dever de representação dos Deputados. Reiterou que o caos ortográfico está instalado e a agravar-se, que o AO está a lesar irreversivelmente as crianças que estão a aprender agora a língua portuguesa escrita, e afirmou que não tem dúvidas de que o AO vai voltar para trás. Defendeu que o AO atenta contra as subtilezas etimológicas, que transportam a memória de todos nós (histórica, nacional, regional e mesmo familiar), logo traduz uma violência do poder político sobre os cidadãos.

Salientou que a Assembleia da República está de costas voltadas para o interesse nacional e que o Grupo de Trabalho de Acompanhamento do AO está a mexer para ficar tudo na mesma. Fez ainda referência à falta de resposta das universidades em relação ao pedido do Grupo de Trabalho para remessa de contributos no que respeita ao AO e pediu que se abra um inquérito em relação a essa matéria.

Interveio, de seguida, a deputada Maria José Castelo Branco (PSD), informando que a deputada Rosa Arezes (PSD), membro do Grupo de Trabalho, não podia estar presente. Defendeu depois que o Parlamento não está de costas voltadas em relação aos técnicos e aos linguistas e que é ilustrativo disso o facto de se ter constituído um Grupo de Trabalho, que realizou muitas audições e audiências e recebeu muitos contributos, com posições a favor e contra o AO.

A deputada Isabel Moreira (PS) salientou que o AO foi aprovado por todos os Grupos Parlamentares, que a língua e a ortografia são diferentes e que já houve várias alterações de ortografia ao longo da nossa história.

O deputado Carlos Enes (PS, coordenador do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do AO) referiu que os peticionários mantêm a atitude já conhecida, reiterando que só respondeu ao pedido de contributos a Universidade de Coimbra e mais tarde a Universidade Aberta e informando que vai fazer essa referência no relatório do Grupo de Trabalho.

O deputado Miguel Tiago (PCP) indicou que os Grupos de Trabalho e as Comissões não tomam posições, competindo estas aos Grupos Parlamentares, pelo que no final das atividades do Grupo de Trabalho, o Grupo Parlamentar do PCP tomará posição, referindo que a mesma é atualmente muito crítica.

Salientou que o Grupo de Trabalho pediu contributos a várias entidades, nomeadamente às universidades e respondeu quem quis. Indicou ainda que um professor convidado pelo Grupo de Trabalho para ser ouvido e agora citado pelos peticionários, respondeu negativamente, não se tendo disponibilizado para o efeito. Por último, pediu a remessa de todos os contributos que tenham e que sejam científicos, indo para além da paixão.

A deputada Heloísa Apolónia (Verdes) demarcou-se da pouca importância que atribuíram ao Grupo de Trabalho e salientou que o seu Grupo Parlamentar entende que a matéria é controversa. Referiu que a língua é dinâmica e que é favorável à aproximação da expressão

escrita à oral. Salientou que vê a retirada das consoantes mudas como positiva, facilitando a leitura e a aproximação à expressão oral.

Já quanto à alteração das acentuações, manifestou discordância. Referiu ainda a questão das facultatividades. Por último, questionou qual a leitura e o impacto que a desvinculação do AO teria para as crianças que aprenderam a grafia anterior e agora já usam o Acordo.

O Presidente da Comissão referiu que o AO é importante para uma língua global, realçou o atraso na aprovação do vocabulário geral comum e no vocabulário específico, nomeadamente, em relação a Angola, com a utilização da letra K.

Equacionou depois a revisão do AO, a preservação de consoantes mudas e a acentuação e questionou se a existência de mais grafias duplas resolveria a questão. Por outro lado, referiu que a oralidade come consoantes e muitas palavras têm supressão das consoantes mudas (tendo exemplificado com as palavras ator e ação), o que entende que não se verifica noutras línguas latinas, nomeadamente no espanhol e no francês e até no inglês.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) justificou a ausência do deputado relator da petição, Michael Seufert (CDS-PP), por estar de licença de paternidade e esclareceu que o mesmo tem a função de enquadrar as várias posições e ouvirá a audição, apresentando depois o relatório sobre a petição. Realçou ainda que a petição será depois objeto de discussão no Plenário da Assembleia da República.

Por último, os peticionários responderam às questões colocadas e às observações feitas. Nesse âmbito, o Professor Rui Miguel Duarte indicou que a escrita faz parte da língua, que em Portugal há muita oposição ao AO e que, em termos internacionais, Angola não o ratificou e não pretende fazê-lo, Moçambique invoca dificuldades com os professores e dificuldades financeiras de aplicação do mesmo, e no Brasil há várias posições, nomeadamente de dois senadores (Cyro Miranda e Ana Amélia Lemos), no sentido de que o AO tem erros inerentes e causa perturbações no ensino, existindo um Projeto de Decreto Legislativo no Senado defendendo o alargamento do prazo de transição até 2019 e a revisão muito profunda do AO. Em suma, entende que há muitas contradições em relação ao AO no Brasil, entre o discurso diplomático do Poder Executivo (Presidência) e as movimentações de bastidores no Poder Legislativo (Senado).

Por outro lado, defendeu que não vê necessidade do AO e questionou se Portugal vai continuar a manifestar-se, isolado, em “acordo consigo próprio”. Baseando-se no “Quadro de Lemas” (anexo da petição), realçou ainda a fragilidade dos “corretores” e vocabulários ortográficos que alegadamente se fundamentam no AO, as discordâncias entre estes instrumentos lexicográficos, a multiplicidade de grafias duplas, os casos em que o AO prevê grafias duplas mas os vocabulários ortográficos optam por uma das grafias facultativas e o facto de muitas vezes o conversor oficial Lince, bem como os demais instrumentos, violarem o AO. Assim, propõe a desvinculação de Portugal em relação ao AO.

A Dr.^a Madalena Homem Cardoso referiu depois o facto de a deputada Isabel Moreira (PS), ao ter escrito a palavra estupefacta sem o c no título de uma publicação num blogue, estar incluída na apresentação “Caos Ortográfico em progressão para o Linguicídio” remetida por si aos Ministros da Educação e dos Negócios Estrangeiros, e que também entregou nesta audição de peticionários.

O Dr. Ivo Miguel Barroso salientou que a língua tem por base o costume e que, indissociável da ortografia, faz parte do património cultural imaterial. Referiu que as revisões ortográficas portuguesas foram várias no séc. XX, mas nunca produziram efeitos no Brasil e que o sucesso das reformas anteriores ao AO, em Portugal, se deveu à fraca alfabetização da população. Defendeu que o AO é puramente político e que todos os linguistas estão contra o mesmo. Realçou que as facultatividades não uniformizam e ainda são violadas pelo Lince, entendendo que se verifica um liberalismo ortográfico com desfiguração do património linguístico nacional.

O Dr. António Fernando Nabais defendeu que a ortografia faz parte da língua e que deve ser “conservadora”, no melhor sentido da palavra. Salientou, de harmonia com a posição do Professor António Emiliano, que não houve estudos sobre o impacto do AO, caso fosse levado por diante. Indicou que o princípio de mudar a ortografia para a aproximar à oralidade e assim se facilitar a aprendizagem é um princípio errado neste caso, do ponto de vista linguístico, e um mau princípio em geral, que nem se deve preconizar noutras áreas.

Em resposta às questões sobre os efeitos da desvinculação em relação ao AO, defendeu que o problema com a vinculação é muito maior do que o da desvinculação. Reiterou que o Acordo não trouxe uniformização e que a escrita, incluindo a ortografia, é diferente em Portugal e no Brasil.

A deputada Isabel Moreira (PS), em resposta, defendeu que como escritora tem liberdade de escrita. Salientou ainda que a matéria do AO não é uma guerra e que este incide sobre a grafia e não sobre a pronúncia. Por último, referiu que não há dirigismo central em relação à matéria.

O Presidente da Comissão recordou a deputada Isabel Moreira (PS) que lhe tinha dado a palavra para responder a uma imputação que lhe tinha sido feita pela Dr.^a Madalena Homem Cardoso e não para se reabrir o debate.

O deputado Miguel Tiago (PCP) esclareceu ainda que houve Grupos Parlamentares que não votaram a favor do AO, como aconteceu com o PCP e realçou que o mesmo incide sobre as regras de escrita, subordinando-as à oralidade, considerando esse critério desastroso, por a oralidade ser muito dispersa.

O Dr. Ivo Miguel Barroso apelou à leitura da “Contestação” dos Peticionários ao Parecer da I Comissão Parlamentar sobre a petição, e do correspondente anexo.

Por último, a Dr.^a Madalena Homem Cardoso solicitou aos deputados que confrontassem o Secretário de Estado da Cultura, que ia ser ouvido de seguida, para que se pronunciasse sobre o teor da Petição 259/XII/2.^a, já que não tinha respondido por escrito ao pedido de pronunciamento que lhe fora dirigido pela Comissão.

A gravação da audição e a documentação disponibilizada pelos peticionários, estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

14. Audição do Secretário de Estado da Cultura nos termos da apreciação da política geral da Secretaria de Estado (no âmbito do n.º 2 do art. 104.º do RAR)

Intervieram, na primeira ronda, os Srs. Deputados Gabriela Canavilhas (PS), Conceição Pereira (PSD), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo o Sr. Secretário de Estado usado da palavra, após cada intervenção, para responder às questões colocadas.

Na segunda ronda registaram-se as intervenções dos Srs. Deputados Rui Pedro Duarte (PS), Ana Sofia Bettencourt (PSD), Margarida Neto (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo o Sr. Secretário de Estado respondido às questões colocadas após cada intervenção.

Na terceira ronda, intervieram os Srs. Deputados Carlos Enes (PS), Isidro Araújo (PSD), Isilda Aguincha (PSD), Acácio Pinto (PS), Pedro Pimpão (PSD), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), João Prata (PSD) e Maria José Castelo Branco (PSD). O Sr. Secretário de Estado usou da palavra no final da ronda, respondendo, em bloco, às questões colocadas.

A audição foi gravada na íntegra, encontrando-se a documentação disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

15. COM (2013)311 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro

Adiado, por solicitação do PS, devido à ausência da Deputada Inês de Medeiros.

16. Projeto de Resolução n.º 751/XII (BE) Recomenda ao Governo que garanta as necessidades permanentes de professores nos estabelecimentos públicos de ensino artístico especializado da música e da dança.

Adiado, por solicitação do BE.

17. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU - Quarto relatório de aplicação da Diretiva 93/7/CEE relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro [COM(2013)310].

A Comissão deliberou não efetuar escrutínio em relação a esta iniciativa.

18. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre as atividades do Conselho Europeu de Investigação e a realização dos objetivos estabelecidos no Programa Específico «Ideias» em 2012 [COM(2013)318].

A Comissão deliberou não efetuar escrutínio em relação a esta iniciativa.

19. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição do Reitor da Universidade dos Açores, no âmbito da situação de colapso da instituição

Adiado, por solicitação do BE.

20. Relatório de Atividades do GT/Currículos do Ensino Básico e Secundário

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) apresentou o Relatório de Atividades, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e PEV.

21. Outros assuntos

22. Data da próxima reunião

Dia 3.julho.2013 - 09h30

A reunião foi encerrada às 18h30, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 de julho 2013

O PRESIDENTE

(Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Heloísa Apolónia
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Miguel Tiago
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Inês Teotónio Pereira
Isabel Alves Moreira
João Prata
Laurentino Dias
Margarida Neto
Maria Gabriela Canavilhas
Maria Manuela Tender
Pedro Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Medeiros
Michael Seufert
Rui Jorge Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Delgado Alves